

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1422917 - PE (2013/0398477-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

AGRAVANTE : VÂNIA LORETO PEDROSA E OUTRO

**ADVOGADOS : FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO -
PE013859**

SILVIO PESSOA DE CARVALHO JUNIOR E

OUTRO(S) - PE019264

AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO COMPLEMENTAR. PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte possui entendimento consagrado no sentido de que é de cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, o prazo prescricional para a propositura da ação executiva contra a Fazenda Pública, em conformidade com o entendimento sufragado na Súmula 150/STF, *in verbis*: "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação".

2. No presente caso, a parte sucumbente informou, em 1994, ter cumprido a obrigação de fazer, não tendo o ora agravante impugnado tal informação à época. Com isso, preclusa a discussão e prescrita a execução aforada em 2004, com objetivo de serem pagas as alegadas diferenças, decorrentes do cumprimento equivocado da obrigação de fazer.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator